

# SEMEANDO NOVOS TEMPOS? REFORMA AGRÁRIA E AGROECOLOGIA UM DIÁLOGO POSSÍVEL E NECESSÁRIO - ANÁLISE A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DO PDS OSVALDO DE OLIVEIRA NO RIO DE JANEIRO

*David Wigg*<sup>1</sup>  
*Fernanda Maria Vieira*<sup>2</sup>  
*Mariana Trotta D. Quintans*<sup>3</sup>  
*Natália Almeida Souza*<sup>4</sup>  
*Nivia Regina Silva*<sup>5</sup>  
*Raoni Amaral Lustosa*<sup>6</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca analisar a experiência de construção do primeiro PDS no Rio de Janeiro, o PDS Osvaldo de Oliveira, em Macaé. Trata-se de uma construção que contou com uma multiplicidade de atores advindos de formações em áreas de conhecimento também múltiplas. E, principalmente, a participação das famílias beneficiárias foi o elemento distintivo nesse processo, na medida em que seus conhecimentos, suas vivências e experiências refletiram a construção do projeto. Não foi uma participação silenciada, mas dialógica. Ainda há, tanto no espaço acadêmico,

<sup>1</sup> Graduação em Engenharia Agrônômica pela UENF – Universidade do Norte Fluminense. E-mail: davidgremio@gmail.com

<sup>2</sup> Professora adjunta da UFJF, Graduação e mestrado em direito pela UFF. Doutorado pelo CPDA/UFRRJ. E-mail: fernanda@marianacriola.org.br

<sup>3</sup> Professora Adjunta da FND/UFRRJ, Graduação e mestrado em direito pela PUC-Rio. Doutorado pelo CPDA/UFRRJ. E-mail: mariana@marianacriola.org.br

<sup>4</sup> Bacharel em Gestão Ambiental pela USP e Mestrado pelo CPDA/UFRRJ. E-mail: natalia.almsouza@gmail.com

<sup>5</sup> Mestre em Agroecossistemas pela UFSC e Agrônoma pela UFRRJ. E-mail: nivia1917@gmail.com

<sup>6</sup> Biólogo pela UFRRJ. E-mail: raonilustosa@gmail.com

quanto nas instituições dos poderes públicos, bem como no sistema judicial, uma visão de que famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais possuem um conhecimento de pouca expressividade e mesmo sem relevância, quando se compara ao saber produzido pelos espaços “ditos competentes”. O artigo pretende apontar para a dinâmica emancipadora da perspectiva agroecológica, visto que a crítica ao modelo hegemônico no que se refere à dimensão da produção x natureza, cujo efeito será a invisibilidade e/ou silenciar de qualquer outra matriz de conhecimento que não reproduza tal legado.

**Palavras-chave:** Agroecologia; Assentamentos; Cooperação; PDS; Rio de Janeiro;

**Abstract:** This article to analyze the construction experience of the first PDS in Rio de Janeiro, the PDS Osvaldo de Oliveira, in Macaé. It is a building that had a multitude of arising formations actors also multiple areas of knowledge, and especially the participation of beneficiary families was the distinctive element in this process, to the extent that their knowledge, their experiences and experiences reflected construction of the project. It was not a silenced participation, but dialogical. This is because there is still so much in the academic space, as in the institutions of government and the judicial system, a view that families of rural workers have a knowledge few expressiveness and even irrelevant when comparing the knowledge produced by spaces “said competent.” The article points for emancipative dynamic agroecologic perspective, since critical to the hegemonic model in terms of the scale of production x nature, whose effect will be invisible and silence any other array of knowledge does not reproduce so legacy.

**Keywords:** Agroecology; Cooperation; PDS; Rio de Janeiro; Settlements;

## Introdução

“Mundo moderno, marco malévolo, mesclando mentiras, modificando maneiras, mascarando maracutaias, majestoso manicômio”. Meu monólogo mostra mentiras, mazelas, misérias, massacres, miscigenação, morticínio – maior maldade mundial.

Madrugada, matuto magro, macrocéfalo, mastiga média morna. Monta matungo malhado munindo machado, martelo, mochila murcha, margeia mata maior. Manhãzinha, move moinho, moendo macaxeira, mandioca.

Meio-dia mata marreco, manjar melhorzinho. Meia-noite, mima mulherzinha mimosa, Maria morena, momento maravilha, motivação mútua, mas monocórdia mesmice. Muitos migram, macilentos, maltrapilhos. Morarão modestamente, malocas metropolitanas, mocambos miseráveis. Menos moral, menos mantimentos, mais menosprezo. Metade morre”.  
Chico Anysio

O assentamento Osvaldo de Oliveira na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) é a primeira experiência realizada no Rio de Janeiro, o que torna emblemática a sua criação diante de um estado, cujo modelo de desenvolvimento continua marcado por um amplo processo de degradação ambiental envolvendo grandes empresas, com reflexos sociais amplos derivados da remoção de enormes contingentes humanos das áreas de interesse econômico.

A história de luta dessas famílias por um pedaço de terra não se inicia com a desapropriação da fazenda Bom Jardim; há uma memória viva de ocupações e despejos violentos, ocorridos noite adentro. O processo de organização para pressionar pela desapropriação da propriedade que se transformou no acampamento Osvaldo de Oliveira, e, posteriormente, assentamento, envolveu parcerias e formação das famílias em agroecologia diante do território que estava sendo reivindicado.

Isto porque, a formalização de práticas que conciliem os parâmetros socioeconômicos e ecológicos no contexto da reforma agrária é extremamente necessária para a potencialização do manejo racional desses recursos, sendo a criação de uma modalidade de assentamento que propicie a ocupação de áreas, com potencial de manejo econômico, seus recursos naturais e valorização cultural, fundamental para a conservação de nossa biodiversidade.

A Fazenda Bom Jardim, de propriedade da empresa Campos Difusora LTDA, está localizada no Distrito Córrego do Ouro, Macaé-RJ, região Norte Fluminense. Esse município é representado por uma estrutura fundiária agrícola que não difere das condições gerais do País, sendo caracterizado pela maior parte das propriedades de pequenas dimensões, ou seja, pela agricultura familiar. Porém, a maior parte da extensão de área está concentrada em um pequeno porcentual de grandes propriedades, baseadas em um modelo agrícola exploratório e muitas das vezes improdutivo em seu amplo aspecto. (Tabela 1).

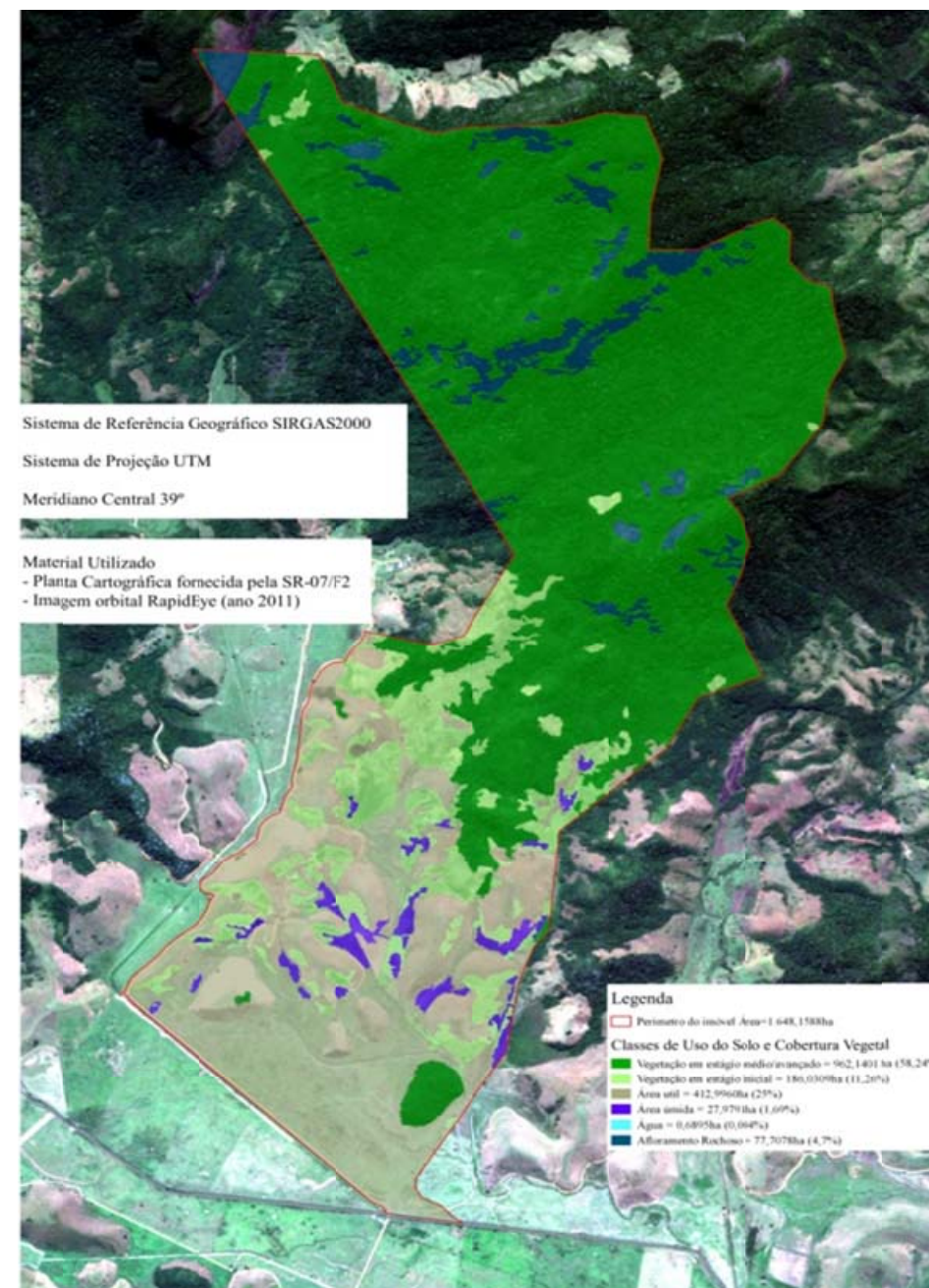
**Tabela 1:** Estrutura Fundiária Agrícola do Município de Macaé-RJ

Classe de N° de Módulos Fiscais (MF)	Porcentagem da Área Total	N° de Imóveis
Até 4 MF	15,33	844
4,1-15 MF	23,35	239
Acima de 15 MF	61,32	97
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>1180</b>

Fonte: INCRA-RJ.

Historicamente a Fazenda Bom Jardim não difere do contexto imerso no município. Baseada em uma pecuária extensiva com a área do imóvel registrada em 1.539,7610 ha (128,31 Módulos fiscais) e medido pelo INCRA em seu laudo Agrônômico de fiscalização (2006) em 1649,1588 ha (137,43 Módulos fiscais), esta propriedade fora classificada como PROPRIEDADE GRANDE IMPRODUTIVA por não ter atingido os índices mínimos de produção nos termos do artigo da Lei n° 8629/93, como aponta a figura 1.

**Foto 1:** Mapa do Uso e Cobertura do Solo da Fazenda Bom Jardim



Fonte: INCRA-RJ.

Este fato é evidenciado desde a década de 70 pelo diagnóstico dos índices de produtividade: Grau de Utilização da terra (GUT) e Grau de Exploração Efetiva (GEE), que definem se a propriedade é passível ou não de desapropriação por interesse social para fins de reforma Agrária. Esses dados (PROCESSO- 5418000172/2005-69; Portaria/INCRA/DA/Nº 308/2008) foram contabilizados na década de 70 e persistem até os dias atuais de acordo com o laudo de 2006. Ou seja, a área destinada à desapropriação (Fazenda Bom Jardim) era improdutiva nos anos 70 e mesmo com todo aparato tecnológico continua a ser improdutiva na atualidade.

No entanto, a especificidade do local permitiu pensar no processo de disputa pela desapropriação com a criação de um modelo diferenciado de reforma agrária, cuja referência se dará no campo da agroecologia. Assim, efetiva-se o projeto de assentamento na modalidade PDS. Essa modalidade de assentamento deve ter como norteador a combinação do desenvolvimento de atividades produtivas aliadas à conservação dos recursos naturais, a reorientação das ocupações, tendo em vista a sustentabilidade das atividades produtivas, e até mesmo a recomposição de seu potencial de recursos naturais original. Obviamente, a construção de tal modelo representa um permanente processo de disputa pelo seu significado, abrangência, ressignificação do papel das famílias na produção de sentido para o território. Afinal, como nos lembra Sevilla Guzmán (2002)

A Agroecologia se propõe não só a modificar a parcelização disciplinar, senão também a epistemologia da ciência, ao trabalhar mediante a orquestração de distintas disciplinas e “formas de conhecimento” que compõem seu pluralismo dual: metodológico e epistemológico, onde a perspectiva sociológica tem um papel central (GUZMÁN, 2002, p.19).

Compreender a disputa em torno do significado de agroecologia e como se dá na formação do PDS Osvaldo de Oliveira é o passo a seguir.

## 2. Rompendo nós, ampliando horizontes: a disputa pelo significado de agroecologia na formação do assentamento Osvaldo de Oliveira

A matriz agroecológica impõe, de acordo com Sevilla Guzmán e González de Molina (1996), um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para – através de uma ação social coletiva de caráter

participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica – reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque, seletivamente, as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade, tendo como aporte o conhecimento dos atores endógenos de uma determinada realidade.

Isso significa repensar a própria matriz epistemológica na busca do que Guzmán (2002) propugna como uma “natureza pluri-epistemológica e da prevalência de técnicas participativas”. Trata-se, portanto, de romper com uma tradição do pensamento ocidental que se expressou no que Boaventura de Sousa Santos (2008) denomina como Expressão de uma *sociologia das ausências*. Para Santos (2008) a modernidade ocidental se efetiva na sedimentação de uma racionalidade que é supressora de modelos diferenciados de produção de conhecimento. O paradigma hegemônico constituído na modernidade ocidental gestou uma noção de ciência que se apresenta supressora de qualquer outra racionalidade não derivativa da formação ocidental.

Essa supressão, marca da formação colonial/imperial, portanto fundada em processos de silenciamento, quando não eliminação, impôs um rebaixamento em diversas formas de pensar, de visões de mundo não ocidentais, práticas distintas das que foram sedimentadas como modelos pelo ocidente.

(...) A experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. (...) esta riqueza social está a ser desperdiçada. É deste desperdício que se nutrem as ideias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim e outras semelhantes. (...) Para combater o desperdício da experiência, para tornar visíveis as iniciativas e os movimentos alternativos e para lhes dar credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social tal como a conhecemos (SANTOS, 2008, p. 94).

Há uma relação direta entre a forma como o ocidente impôs seu padrão civilizatório por meio dos processos coloniais e como a ciência ao longo do seu processo de formação representou a sedimentação de um determinado modelo de produção de conhecimento. Não é pouco significativo que Gayatri Spivak (2010) nos alerte para o fato de que “(...) a produção intelectual ocidental é, de muitas maneiras, cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente.” (Spivak, 2010: 20).

Por isso mesmo, Guzmán (2002) alerta para o fato de que a noção de agroecologia é constitutiva de um conflito com as matrizes tradicionais no

campo agrário. Pensar em termos agroecológico é enunciar as contradições socioeconômicas do modelo convencional de reforma agrária vinculado a uma agenda de interesses econômicos:

A perspectiva estrutural constitui um elemento central para a Agroecologia, surgida como crítica à agricultura convencional, que ignora os sujeitos sociais vinculados ao manejo dos recursos naturais. Esta ignorância é consequência do processo de cientificação a que foi submetido o manejo dos recursos naturais nos últimos anos e que desembocou na construção de um “modo industrial de uso dos recursos naturais”, que deteriora, gradualmente, tanto esses recursos como a sociedade (GUZMÁN, 2002, p. 23-24).

Pensar no campo da agroecologia importa em gerar não só uma ruptura com a tradição de produção científica no campo das ciências sociais, mas também em novas metodologias que sejam capazes de romper com essa *ausência* do outro de que nos fala Santos (2008).

A resposta aos limites no processo de compreensão do mundo da vida, quando em causa se encontram outras matrizes que não operam com o paradigma dominante é, de acordo com Santos (2008), uma *ecologia dos saberes*, que rompa com a perspectiva monocultural da tradição colonial, que, em certo sentido, se faz ainda presente na produção do conhecimento, tendo como resultado um processo de silenciamento, invisibilidade, quando não eliminação de saberes outros e práticas múltiplas e distintas do eixo hegemônico.

Para Santos (2008), trata-se de se gerar, a partir da noção de ecologia dos saberes, que envolve o reconhecimento de uma pluralidades de fontes de saber, buscando intervir

Nas relações concretas entre conhecimentos e nas hierarquias e poderes que são gerados entre elas. O propósito de criar relações horizontais não é incompatível com as hierarquias concretas existentes no contexto de práticas sociais concreta. De facto, nenhuma prática concreta seria possível sem tais hierarquias. O que a ecologia dos saberes desafia são as hierarquias universais e abstractas e os poderes que, através delas, têm sido naturalizados pela história. As hierarquias concretas devem emergir a partir da validação de uma intervenção particular no mundo real em confrontação com outras intervenções alternativas. Entre os vários tipos de intervenção poderão existir complementariedades ou contradições e, em todos os casos, o debate entre elas deverá ser presidido simultaneamente por juízos cognitivos e juízos éticos e políticos. A prevalência de juízos

cognitivos na construção de determinada prática concreta de conhecimento não é uma condição originária. Deriva de um contexto prévio de decisões sobre a produção da realidade em causa no qual os juízos éticos e políticos predominam. A objectividade que preside ao momento cognitivo não choca com a não-neutralidade que preside ao momento ético-político (SANTOS, 2008, p. 108).

Assim, há uma necessidade para se pensar projetos emancipatórios de efetuar-se uma ruptura epistemológica, reconhecendo na matriz dominante uma relação assimétrica e de poder sobre as outras matrizes. Santos (2008) nos fala de uma razão metonímica que se funda com a modernidade ocidental a partir da pressuposição de uma totalidade, que se constrói com o argumento de validade como uma absorção de multiplicidade de partes, formando o todo, mas que, de fato, expressa a formação de uma parte (ocidente) que se projeta como o único modelo possível e credível.

Há que se fazer uma leitura crítica dos processos coloniais e a partir desse marco temporal compreender porque experiências alternativas acabaram subsumidas pela dominação hegemônica que adentra nos campos do saber.

Edgardo Lander (2005) é bastante elucidativo na apropriação das ciências sociais pela lógica dominante e o quanto esta está atravessada por marcos coloniais que implicou em não ver sentido nas matrizes não ocidentais. Para América Latina significou supressão e invalidação de saberes tradicionais, sejam indígenas, quilombolas, agricultores familiares, etc.

Nesse sentido, a matriz agroecológica coloca um duplo desafio: 1º inverte a tradição das ciências sociais em que a realização de pesquisa tendo como campo de análise movimentos sociais os coloca como sujeitos passivos dessa produção, logo meros *objetos* de pesquisa e, 2º subverte a própria lógica no campo econômico que se apropria do saber para impor determinado modelo de propriedade e território.

A Agroecologia pretende, como uma tarefa essencial a sua atividade incorporar ao manejo dos recursos naturais os elementos socioeconômicos e políticos. Para isso, necessita produzir uma ruptura epistemológica que liberte as ciências agropecuárias e florestais das relações de poder que atribuem a aqueles que são objeto do poder (os pesquisados), a serem ignorados, “dotando-os, ao mesmo tempo, de um saber ilusório que encobre a realidade do que ignoram, ocultando o fato do poder e sua brutalidade”. A reprodução de tais relações de poder, desde as ciências agropecuárias e florestais convencionais, ocorre devido à posição do pesquisador-sujeito-que-sabe, frente ao pesquisado-objeto-que-ignora. Assim, “o poder con-

siste em apropriar-se, ao acaso, ser inexplicável e imprevisível e atribuir às normas o poder de explicar e predizer” (Ibáñez, 1979: 23). A Agroecologia, ao utilizar em sua perspectiva dialética a pesquisa-ação participativa, pretende romper a reprodução de tais relações de poder (GUZMÁN, 2002, p. 23-24).

Posteriormente ao analisarmos o estudo de caso do PDS Osvaldo de Oliveira apresentaremos como essa metodologia da agroecologia significou a ruptura de sujeito-objeto para sujeito-participante, onde as famílias beneficiárias do projeto de assentamento construíram, a partir das suas percepções, das suas vivências, uma ressignificação na ocupação do território. Por ora, importa em compreender como a matriz agroecológica pode se tornar numa ferramenta de usos contra hegemônicos em múltiplos campos: jurídico, econômico, social e científico.

### 3. Colocando o pingô nos Is: agroecologia x agricultura convencional, um conflito não acabado

Historicamente o sistema produtivo convencional de agricultura marcado pelos monocultivos, mão de obra escrava e pela utilização indiscriminada de agroquímicos (agrotóxicos e fertilizantes em geral), representa uma degradação ambiental generalizada dos bens naturais – água, solo, ar. Agravados pela queimada da vegetação, pelas arações profundas realizadas por máquinas pesadas, pela compactação do solo causada pelos pisoteios de gado do solo, com a falta de preocupações e práticas necessárias para a recuperação e manutenção da saúde dos solos, o agronegócio é responsável por problemas que vão desde os desmatamentos, erosões do solo, envenenamento do solos e da água, chegando à má distribuição da riqueza, concentração da terra e violência no campo.

O padrão moderno da Revolução Verde, impulsionada pela tecnologia incentivada pelos Estados Unidos, espalhou-se por vários países, levando consigo a esperança de resolver os problemas da fome. Mas em pouco tempo a emoção das “grandes safras” cederia lugar a uma série de preocupações relacionadas aos problemas sociais, econômicos e ambientais. (EHLERS, 2008).

A região de Macaé se insere perfeitamente nesse quadro de “modernização” da agricultura adotado pelo agronegócio, que tem como objeto central o lucro a curto prazo e a dominação do poder, onde políticos detêm enormes latifúndios improdutivos para a criação

de gado em sistemas extensivos. Torna-se então, fundamental a adoção de um conjunto de políticas públicas – Reforma Agrária –, embasadas em uma matriz produtiva alternativa eficiente, com sujeitos capazes de viver em outro estilo de vida – Agroecologia –, cultivando a produção de alimentos saudáveis aliados ao respeito à natureza, com o desafio de elencar o desenvolvimento local, a soberania alimentar e a recuperação ambiental em terras tão exauridas e exploradas pelo grande capital.

O termo agroecologia é utilizado pela primeira vez na década de 1930, para significar a aproximação da ecologia da agricultura, passando a se tornar uma espécie de sinônimo de “ecologia aplicada”. Até então, o campo de conhecimento científico disciplinar ecológico tratava do estudo de sistemas naturais, ao mesmo tempo em que a ciência agrônoma voltava-se para a introdução de métodos de investigação científica em torno da agricultura. De acordo com estudos sobre o tema, somente nos anos 50, com o amadurecimento do conceito de ecossistema, foi criada uma estrutura básica geral para o exame da agricultura com base em uma perspectiva ecológica (GLIESSMAN, 2000, p. 51-52).

Segundo Caporal & Costabeber (2004), os homens vêm buscando estilos de agricultura menos danosos à natureza, almejando a proteção dos recursos naturais e que ao mesmo tempo sejam duráveis à longo prazo, contrapondo o estilo convencional de agricultura imposta no início do XX, com a chamada “Revolução Verde”<sup>7</sup> – hoje incorporada ao Agronegócio –, embasada nas descobertas da química agrícola, da biologia e da mecânica, tornando-se hegemônica, insustentável ao passar do tempo e com sérios efeitos danosos à natureza e à humanidade.

A partir dessas preocupações, na década de 1970, começaram a surgir, em diversos países do mundo, diferentes correntes de agricultura alternativa, cada qual com suas especificidades, técnicas e denominações, conforme defendidas por suas filosofias e correntes ideológicas. Dentre elas têm-se: agricultura orgânica, biodinâmica, biológica, ecológica, natural, permacultura, entre outras.

No entanto, essas alternativas não foram capazes de dar respostas eficazes para os inúmeros problemas socioambientais causados pelo modelo convencional de agricultura, difundido principalmente a partir da II Guerra Mundial (CAPORAL & COSTABEBER, 2004).

7 Processo de modernização agrícola iniciado nos EUA após a 2ª Guerra Mundial, pautado em um pacote tecnológico desenvolvido por meio de pesquisas voltadas para melhorias nas condições materiais de produção (adubos químicos, sementes melhoradas, evolução do maquinário, “defensivos” específicos etc.), preconizando o aumento da produtividade agrícola, como forma (e discurso) de erradicar a fome no mundo.

Neste ambiente de busca e construção de novos conhecimentos, nasceu a Agroecologia, como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável. A partir dos princípios ensinados pela Agroecologia passaria a ser estabelecido um novo caminho para a construção de agriculturas de base ecológica ou sustentáveis (CAPORAL & COSTABEER, 2004, p. 08).

Como salienta Caporal (2005), a agroecologia necessita, além de mudanças nos currículos de formação dos profissionais que irão atuar como agentes de desenvolvimento rural, de enfoques e métodos de pesquisa e extensão rural, pois, a aplicação dos seus princípios requer uma estratégia integradora de conhecimentos, complexa, sistêmica e holística, capaz de aglutinar os conhecimentos científicos e empíricos

Desde o final de 1980, intensificaram as tentativas de definição. Quase todas expressam uma insatisfação com o *status quo* – isto é, com a forma pela qual a agricultura vem sendo praticada – e transmitem a ideia de um sistema produtivo que garanta: 1) manutenção em longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola, como o mínimo de impactos ao ambiente; 2) otimização da produção das culturas com a mínima (ou nenhuma) utilização de insumos químicos; 3) satisfação das necessidades humanas de alimentos; 4) atendimento das necessidades sociais das famílias e comunidades rurais (EHLERS, 2008).

Como destaca Altieri (2012, p. 104), “a Agroecologia é definida como a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis (...)”, ultrapassando o simples uso de práticas alternativas e do desenvolvimento de agroecossistemas menos dependentes de venenos e insumos externos (tecnologia) o que se dá exatamente na realidade vivida e praticada pelo PDS Osvaldo de Oliveira.

A proposta agroecológica enfatiza agroecossistemas complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos (ALTIERI, 2012, p. 105).

Segundo Almeida (2008) *apud* Altieri (2008, p. 4), são diversos os desafios em consequência do atual modelo de agricultura, no qual a agroecologia desempenha um papel fundamental na busca de um desenvolvimento sustentável. Tais desafios podem ser elencados como segue.

a) Desafio ambiental: consiste em buscar sistemas de produção agrícola adaptados ao ambiente, minimizando a dependência de insumos externos e recursos naturais não renováveis, em consequência da ação danosa da agricultura, causadora de impactos ambientais devido à substituição da vegetação adaptada naturalmente por modelos orientados pela tecnificação das monoculturas onde, os ganhos econômicos são as orientações prioritárias. Sabendo-se que o Osvaldo de Oliveira apresenta cerca de 60% de sua área coberta pela Mata Atlântica em estágio médio e avançado e tem ainda como desafio a recuperação parcial da porção degradada pelo antigo proprietário.

b) Desafio econômico: capaz de adotar sistemas de produção que minimizam perdas e desperdícios de produção, com produtividade condizente com os investimentos (que atualmente são insuficientes para a agricultura familiar), estabelecendo mecanismos que assegurem a competitividade no mercado interno/externo, garantindo sua economia na cadeia produtiva e a sua qualidade nutricional, através, por exemplo, de experiências como SAF's<sup>8</sup> e policultivos, aliados a uma rede eficiente de comercialização, como feiras livres, grupos de consumos solidário e mercados institucionais (PAA e PNAE).

c) Desafio social: adotando sistemas de produção que assegurem a geração de renda para o trabalhador rural, com condições dignas de trabalho e remuneração justa com sua importância no processo de produção. Destaca-se ainda a capacidade da agricultura de gerar empregos diretos e indiretos, aqui fortalecidos pelo apoio mútuo e organização coletiva, contrapondo o modelo do Agronegócio que contribui para a urbanização acelerada e desorganizada.

Considerando o número de pessoas em insegurança alimentar no mundo, tendo uma atenção especial para a região de Macaé, onde a onda de demissões da indústria petrolífera é devastadora, é iminente a necessidade de construir novos padrões de organização social da produção agrícola por meio da implantação da Reforma Agrária compatível com as necessidades

<sup>8</sup> Em uma definição ampla, sistemas agroflorestais (SAFs) são combinações do elemento arbóreo com herbáceas e/ou animais, organizados no espaço e/ou no tempo. A legislação brasileira, em diferentes instrumentos legais (Brasil, 2009; Brasil, 2011), tem definido sistemas agroflorestais como “sistemas de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas, forrageiras em uma mesma unidade de manejo, de acordo com arranjo espacial e temporal, com alta diversidade de espécies e interações entre estes componentes (STEENBOCK, 2013).

e realidades locais e do gerenciamento de novas formas de estruturas produtivas.

d) Desafio territorial: embasado em uma efetiva Reforma Agrária Popular, na integração agrícola com o espaço rural, contemplado pela pluriatividade e pela multifuncionalidade desses espaços, subsidiando o empoderamento das famílias.

e) Desafio tecnológico: por meio de novos processos produtivos, com tecnologias menos agressivas à natureza, mantendo uma adequada relação produção/produktividade, contrapondo essas intensivas em capital.

Esses desafios são tanto maiores e mais complexos quanto maior for o número de limitações impostas pela natureza e, para superá-los, é necessário um profundo conhecimento sobre o meio, tanto em seus aspectos físicos e biológicos quanto em seus aspectos humanos. É necessária uma nova (agri)cultura que concilie processos biológicos (base do crescimento de plantas e animais) e processos geoquímicos e físicos (base do funcionamento de solos que sustentam a produção agrícola) com os processos produtivos, os quais envolvem componentes sociais, políticos, econômicos e culturais (ALMEIDA, 2008 apud ALTIERI, 2008, p. 11).

Para além da permanência das famílias nesse território e da necessidade de uma produção agroecológica, Primavesi (2001, p. 2) enfatiza que a “agroecologia não é uma alternativa excêntrica de cultivar o solo, mas a única possibilidade se pretendemos sobreviver em nosso Planeta”. Segundo a referida autora, são três as bases fundamentais para a aplicação prática da agroecologia, a saber:

As formas de ação social coletivas foram determinantes no enfrentamento da crise ecológica e social, defrontando também, o neoliberalismo e a globalização econômica.

Dessa forma, destaca-se que para haver uma transformação “socioambiental”, há a necessidade do comprometimento das políticas públicas, não necessariamente reinventando o que já está “construído”, mas sim, através do seu real comprometimento perante a sua responsabilidade social. “Somente o Estado, enquanto instituição, pode oferecer potencialmente a escala temporal necessária à sustentabilidade e atuar como agente de equilíbrio frente aos grupos poderosos de interesse” (PROOPS *et al.*, 1999 *apud* BALEM, 2007, p. 10).

#### **4. Romper as cercas da ignorância que produz a intolerância: análise do estudo de caso PDS Osvaldo de Oliveira**

O assentamento Osvaldo de Oliveira na modalidade PDS é a primeira experiência realizada no Rio de Janeiro, o que torna emblemática a sua criação diante de um estado, cujo modelo de desenvolvimento continua marcado por um amplo processo de degradação ambiental envolvendo grandes empresas, com reflexos sociais amplos diante da remoção de enormes contingentes humanos das áreas de interesse econômico.

Há que se dizer que como regra principiológica no campo do direito ambiental vigora o princípio da participação democrática, que se traduz no reconhecimento de que em matéria ambiental a gestão colegiada gesta maior efetividade no controle e manutenção da preservação ambiental. Por suposto, se a participação democrática se manifesta na esfera do direito ambiental, maior sua necessidade quando se depara com uma modalidade de PDS, cuja existência impõe a presença coletiva das famílias beneficiárias na consecução do projeto. Buscou-se com isso registrar e valorizar o saber próprio dos trabalhadores e trabalhadoras rurais acerca do território que ocupam, produzem e vivem.

Não será possível nos limites do presente trabalho apresentar a totalidade de ações e participações da família na construção do assentamento. Assim, escolhemos temas que foram objeto de debate coletivo e que expressaram a busca do reconhecimento do local e dos sujeitos sociais.

No decorrer do processo de ocupação, as famílias hoje beneficiárias do PDS Osvaldo de Oliveira passaram por duas grandes ameaças de reintegração de posse em que o Ministério Público Federal teve uma participação significativa, tanto para retirada das famílias, quanto para a permanência das mesmas.

O que se percebe é que a disputa pela matriz agroecológica implica também numa tensão sobre o sistema judicial, visto que este absorve, e muito, da perspectiva dominante do universo agrário, e acaba por reproduzir, ainda que inconsciente, em alguns casos, o próprio discurso ideológico que o setor patronal impõe a si. Regina Bruno (2007) analisa essa nova ofensividade burguesa no campo e como essa dominação se dá a partir de determinados dispositivos ideológicos que sedimentam socialmente uma imagem positiva de modernidade, competência, enfim, valores constitutivos do próprio poder extraído da propriedade rural.

O judiciário acaba por corresponder a esse imaginário trabalhando



com um dualismo em relação ao setor patronal x populações tradicionais e/ou movimentos sociais, entendidos como o ineficiente, o atrasado, o fracassado no modelo de produção. Há, subjacente à percepção do atraso das comunidades tradicionais, a ideologia de que o curso da história ruma naturalmente para o progresso.

Não há como parar ou obstar tal marcha e o setor que será entendido pelo sistema judicial como o que melhor se enquadra para o exercício de timoneiro rumo ao progresso é o grande proprietário rural, mantendo a perspectiva histórica da propriedade privada individual. Por isso mesmo, Guzmán (2002) alerta para o fato de que necessariamente a matriz agroecológica coloca também em questão a perspectiva da história da propriedade.

Não sem razão, Paolo Grossi (2006), ao analisar a história da propriedade, alerta para o fato de que:

Talvez nenhum discurso jurídico seja talvez tão permeado de bem e de mal, tão temperado por visões maniqueístas quanto o que versa sobre a relação homem-bens. Porque são tão grandes os interesses em jogo que inevitavelmente as escolhas econômico-jurídicas são defendidas pelas couraças não deterioráveis das conotações éticas e religiosas (GROSSI, 2006, p.10).

O trabalho de campo realizado dentro do assentamento Osvaldo de Oliveira realiza-se como uma necessidade organizativa para que haja o impedimento dos obstáculos jurídicos para permanência das famílias, mas também expressa uma concepção contra hegemônica no que se refere à propriedade e ao uso dos bens naturais, daí a incorporação da matriz agroecológica.

#### **4.1. Um dedo de prosa! Processo de construção do plano de uso do PDS Osvaldo de Oliveira**

**Foto 2:** Devolutiva dos Núcleos de Família - Oficina de Planejamento (04 de abril de 2016)



Fonte: Cooperar/2016

De acordo com o Manual do PDS elaborado pelo INCRA, MDA e MMA, em 2006, “O plano de uso contém normas e acordos entre moradores que estabelece o que pode e o que não pode ser feito dentro do projeto, o qual deve ser referendado pelo INCRA e pelo órgão ambiental competente, observando a legislação vigente”. A constituição do Conselho Gestor de um PDS inaugura uma nova etapa no processo de consolidação do assentamento. Ao reunir esforços para a elaboração dos estudos básicos e ao dar prosseguimento às questões prioritárias para as famílias, o INCRA dá início ao processo de elaboração do Plano de Uso (PU).

Para que o PU reflita as demandas reais vivenciadas e dê prosseguimento ao conjunto de ações que estão em curso no assentamento, realizou-se junto às famílias, um intenso processo de reflexão, debate e síntese sobre os gargalos e ações compreendidas como emergenciais.

Entende-se que o PU reflete as principais orientações que ordenam e orientam a ocupação das famílias sobre a área. Este documento tem por objetivo geral: Subsidiar o INCRA e o Conselho Gestor quanto à elaboração do Plano de Uso e do Plano de Desenvolvimento Sustentável do PDS Osvaldo de Oliveira.

Para a realização de tal trabalho, optou-se como metodologia o resgate de práticas na noção de *ecologias dos saberes* (Santos, 2008), que se dá

pelo resgate de uma metodologia participante, pela qual as famílias não são meros objetos de estudo e sim sujeitos na produção do estudo. Há, portanto, uma horizontalidade na produção do conhecimento na medida em que o saber local não é desprezado, nem desqualificado, mas integra a percepção do observador.

Não sem razão, Nívia Regina da Silva (2010) alerta que,

Em se tratando dos assentamentos rurais, nos quais se enquadra a característica de Agricultores Familiares (II PNRA, 2003), apesar de muitos autores e organizações do campo considerarem que os assentados são uma categoria diferenciada por especificidade econômica-social, deve-se levar em consideração as características das unidades de produção familiares formadas pela diversidade de seus sistemas, com produção diversificada de vegetal, animal e sua complexa relação com a terra e com a natureza, o que favorece uma aproximação com a agroecologia (SILVA, 2010, p. 40).

Por isso mesmo, lembra Silva (2010) da importância da metodologia aplicada aos casos de assentamentos rurais buscando-se realizar um cotejo entre ‘o meio físico e social’, incorporando a vida do assentamento dentro do planejamento e do estudo: “(...) em qualquer proposta metodológica de avaliação do meio físico e social para fins de planejamento de assentamentos rurais, faz-se necessária à flexibilidade para integração de informações de diversas naturezas, dentre elas o conhecimento local e as propostas de desenvolvimento e organização social dos assentados.” (SILVA, 2010, p. 40).

De fato, há uma série de autores que, no contemporâneo, apontam para a necessidade de se trabalhar a partir da percepção dos assentados para que o território e suas potencialidades econômicas e ambientais sejam incorporadas. Reside nesse aspecto a tendência do direito ambiental em perceber a necessidade de uma construção plural, para efetividade da lógica preventiva que acompanha um ambiente preservado e para matriz agroecológica, adotada no trabalho de campo (é condição *sine qua non*).

De acordo com Pereira e Little (2000) é preciso que os métodos de avaliação dos ambientes físico e social se apresentem flexíveis e com princípios democráticos de participação popular. Esse foi o princípio que norteou o presente trabalho, no qual se buscou construir um plano de uso levando em consideração a própria experiência e saber local. As famílias tiveram uma participação ativa no processo de produção desse trabalho.

Dentre as metodologias propostas para o reconhecimento do território foram acionadas as estratégias de elaboração de mapas da localidade,

desenhados pelas famílias ao longo de atividades de formação e oficinas, onde elas detectavam e reconheciam as interações com as áreas de produção, habitação, preservação permanente, nascentes e outras.

Foto 3: Núcleo 1 – Relato Gráfico e Espacial

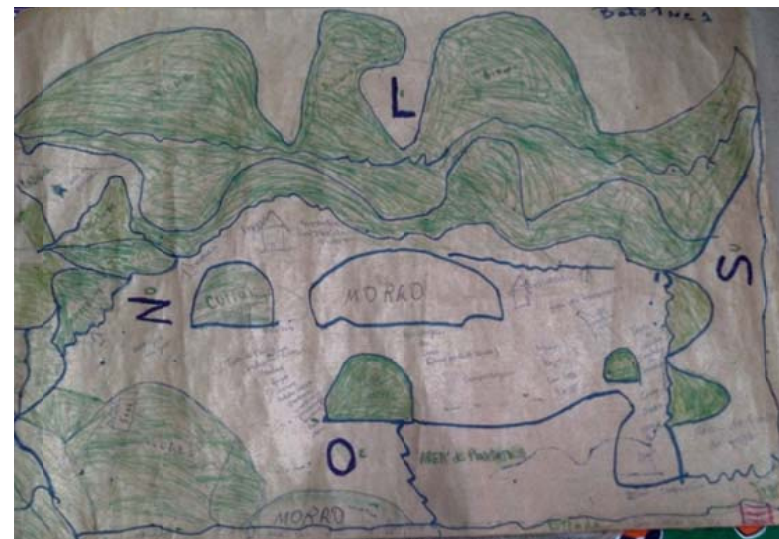
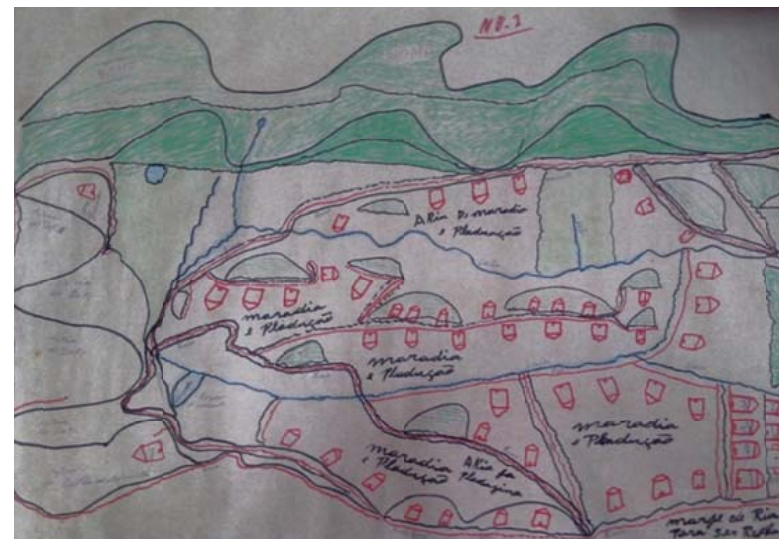


Foto 4: Núcleo 2 – Relato Gráfico e Espacial



**Foto 5:** Núcleo 3 – Relato Gráfico e Espacial



**Foto 6:** Núcleo 4 – Relato Gráfico e Espacial



Assim, as famílias produziram um reconhecimento da área que expressa o olhar direto sobre o território, mas também demarca os saberes acumulados no processo de trocas entre parceiros (universidades, corpo técnico do movimento social, etc). Mais uma vez, Silva (2010) nos lembra que:

O levantamento realizado e a estratificação do ambiente devem levar em consideração normas técnicas, características edafoclimáticas, geomorfológicas, mas também a percepção e diferenciados conhecimentos das famílias sobre suas terras. Isso quer dizer que envolve além das questões físicas da área, também aspectos sócio culturais. Nesses contextos, Buainain & Romeiro (2000) afirmam que um sistema de produção reflete não apenas as potencialidades e as restrições sócio-ambientais-agronômicas particulares de cada local, mas também a história do lugar e das famílias que o adotam. A compreensão de sua lógica e dinâmica requer a reconstrução de seu itinerário histórico, das encruzilhadas, restrições e oportunidades enfrentadas pelas famílias (SILVA, 2010, p. 41).

O presente trabalho, por conseguinte, reflete o itinerário vivido pelas famílias na busca da construção da efetiva produção sobre o território, tendo como base o reconhecimento dos seus saberes locais.

**Foto 7:** Devolutiva dos Núcleos de Família - Oficina de Planejamento (04 de abril de 2016).



**Fonte:** Cooperar/2016.

É fundamental destacar que essas atividades de formação e planejamento, orientadas por essas metodologias participativas, assim como todo o plano de formação realizado ao longo dos dois últimos anos (2014 e 2015), foram realizadas pela Cooperar - Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária.

Mesmo sem a formalização da parceria, tendo em vista que não há contrato vigente, e, mesmo sem a liberação de diárias para docentes e demais pesquisadores parceiros – acordo anteriormente firmado com a Superintendência -, diversas atividades foram realizadas [conforme relatório do plano de formação que será apresentado como memória desse processo de acompanhamento].

Somaram-se a este acompanhamento técnico, parceiros fundamentais na execução das ações, nos quais se destacam: o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente e o Setor de Formação do MST no Rio de Janeiro, o Centro de Assessoria Popular Mariana Criola e a UFF, além de outros parceiros que se somaram no desenvolvimento de ações específicas.

As diretrizes gerais que orientam o trabalho de acompanhamento das famílias são compreendidas aqui como princípios gerais e transversais que perpassam a organização, o planejamento e a execução de todas as ações do PU e do Plano de Desenvolvimento Sustentável - PDS, tendo em vista as especificidades de cada eixo estruturante. Portanto, devem ser observadas como pressupostos para qualquer formulação e ação proposta pelas famílias, pelo INCRA e pelo conjunto de atores que compõem o Conselho Gestor. Sendo elas:

- **Agroecologia:** Com destaque para a conservação ambiental dos bens naturais, essa diretriz congrega o amplo debate sobre a matriz de produção agroecológica alicerçado nas propostas da Reforma Agrária Popular. Aqui, sinaliza-se não apenas a supressão dos insumos químicos, agrotóxicos e sementes transgênicas na produção agrícola e agropecuária, conferindo modelos produtivos orgânicos, mas todos os princípios que orientam a agroecologia em seus aspectos culturais, históricos, organizativos e políticos. Destacam-se relações de trabalho justas e as estratégias de comercialização orientadas pela economia solidária e popular. A conservação e a recuperação das nascentes, rios, lagos, do solo, da biodiversidade, dos remanescentes florestais, são pontos de partida para a matriz de produção e definem as formas de convívio harmonioso com a natureza;
- **Cooperação e Trabalho Coletivo:** Avançando com as propostas de desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária, os PDS são oportunidades de exercício da cooperação e do trabalho coletivo. Compre-

endendo as relações de uso da terra, como conquistas coletivas, o uso compartilhado do território, os princípios organizativos baseados no cooperativismo e a organização política que promova autonomia, são os pilares das ações que incidem sobre a organização das famílias.

Além dessas duas diretrizes gerais e transversais, oito eixos estruturantes organizam e sustentam as propostas elaboradas pelas famílias durante os debates e oficinas de elaboração do Plano de Uso. As considerações apontadas aqui representam a sistematização das propostas sinalizadas pelos Núcleos de Base das Famílias registradas em mapas, relatos e atas de assembleias e reuniões. No limite do presente trabalho não apresentaremos os oito eixos. Optamos por trabalhar com aqueles que permitem uma configuração do papel do território a partir da própria organização das famílias, sendo eles: a moradia, saúde e entidade representativa.

## A. Moradia

Conforme acordado entre as famílias e o Ministério Público na desapropriação da fazenda Bom Jardim, foi definido que as moradias provisórias das famílias (barracos) ficassem próximas à antiga sede da fazenda, construção já existente, facilitando assim o acesso mínimo, ainda muito precário, à energia elétrica e água. Contudo, com o avanço na constituição do conjunto de famílias definidas para a área (78 acordados anteriormente e 50 proposta mais recente sugerida pela Associação), o número de famílias residindo no assentamento aumentou, conseqüentemente, exigindo melhores estruturas para o ideal estabelecimento das mesmas na área.

As famílias entenderam que onde estão habitando atualmente é provisório, até que se cumpram as etapas previstas no manual “Metodologia para Implantação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS”, a ser realizado pelo INCRA.

Desde sua criação as famílias discutem as melhores áreas tanto para a produção, quanto para a moradia definitiva, partindo do pressuposto de que as melhores condições de moradia envolvem outros aspectos como o acesso à saúde, lazer, educação e outros fatores que são predominantes para o bem-estar social, econômico e produtivo do assentamento.

No decorrer destes dois anos, as famílias adquiriram um saber empírico fundamental para apontar possibilidades, dentro da realidade, de áreas que se destinavam de forma mais adequada para suas habitações, partindo do ponto de garantia de melhores acessos à água, energia elétrica e mobilidade.

## B. Saúde e Saneamento

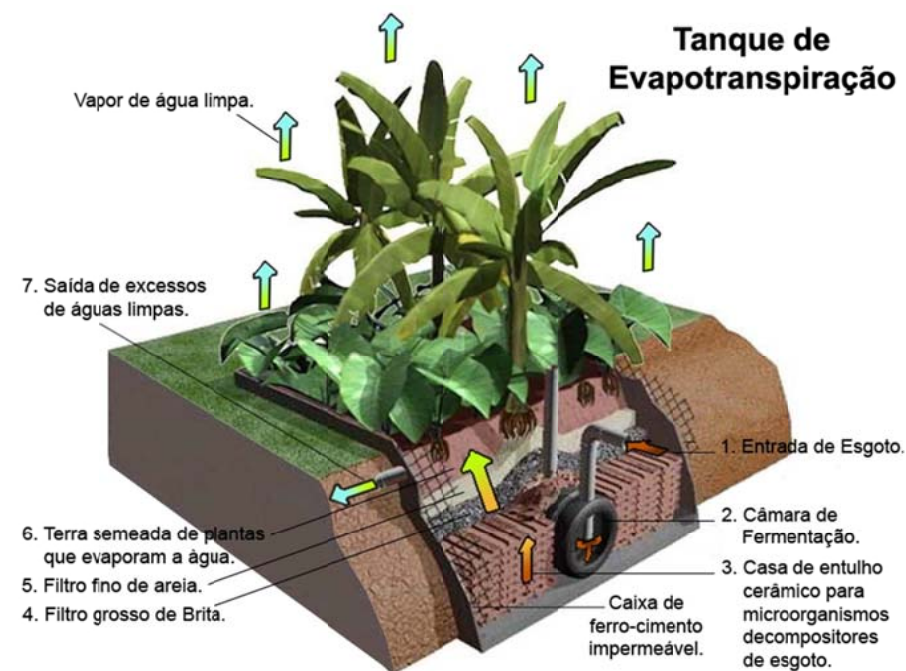
É nítida a ineficiência da saúde pública, em especial quando se trata de populações pobres. O município oferece atendimento pelo posto de saúde nas proximidades do assentamento, à uma distância de cerca de 20 km. No entanto, devido às péssimas condições das estradas e inexistência de transporte público para o assentamento, as famílias não conseguem usufruir desse direito previsto na constituição.

Uma das alternativas para as famílias, que vêm sendo realizada, são espaços de incentivo à medicina alternativa, a qual é embasada em conhecimentos tradicionais da população, através do uso de ervas medicinais, cultivadas ao redor de suas moradias. A mata existente no Assentamento oferece diversas espécies apontadas na medicina alternativa, sendo esta, uma de suas possíveis utilizações em benefício direto da saúde das famílias.

No campo do saneamento ambiental, através de intercâmbios realizados no plano de formação de 2014/2015, as famílias tiveram contato com as tecnologias alternativas e sustentáveis de tratamento dos dejetos humanos, como as “fossas de bananeiras”, as quais as famílias apontam ser o modelo mais adequado para a realidade local.

O modelo consiste em utilizar bananeiras plantadas ao redor de fossas escavadas no terreno, onde elas utilizarão os resíduos humanos para nutrir-se. Essa técnica é comprovada cientificamente a bananeiras funcionam como um filtro destes dejetos, possibilitando a não contaminação da banana e a eficiência do sistema, como mostra o exemplo a seguir e como traz com maior profundidade o material da FUNASA - Saneamento Ambiental, Sustentabilidade e Permacultura em Assentamentos Rurais (BRASIL, 2014).

Foto 8: Sistema de Evapotranspiração



Fonte: Revista EA.

Quanto à coleta do lixo, existe o serviço de recolhimento quinzenal realizado pelas famílias ainda não sendo o ideal. Avaliam ser necessária a frequência semanal devido ao volume gerado pelas cinquenta famílias assentadas.

Como forma de pensar alternativas ecológicas para a diminuição do volume do lixo, as famílias fazem compostagem dos resíduos orgânicos, sendo utilizados como adubação orgânica na produção de alimentos.

As famílias propõem ainda uma construção coletiva de uma estrutura física que possibilite auto-organização para reciclagem do lixo (garrafas, plásticos, vidros, etc.), que além de contribuir para a diminuição do lixo, é mais uma forma de agregação de renda, fortalecendo a tese da pluriatividade da agricultura familiar.

## C. Entidade Representativa - Associação de Moradores/as do PDS Osvaldo de Oliveira

Durante os meses de março e agosto de 2015 foram feitos encontros bimestrais, nos finais de semana, para construção do estatuto da associação dos assentados no PDS Osvaldo Oliveira. Utilizando a metodologia participativa, marca do trabalho da assessoria jurídica popular, oficinas foram promovidas sobre os marcos jurídicos do Código Civil de 2002, apresentando as regras para a formação das associações no Brasil.

Nas oficinas foram organizados espaços, nos quais as famílias debateram, a partir dos quatro núcleos de base existentes no PDS, o modelo de organização que esperavam para a associação, como seria composta a direção da associação, quem seria os associados, os direitos e deveres dos associados, a forma de filiação e de destituição dos membros, a forma de convocação, deliberação e funcionamento das assembleias.

Após essa primeira fase dos trabalhos, foi feita a síntese pela assessoria jurídica dos debates e transcrito para o papel atentando para as regras jurídicas em vigor. Posteriormente, a redação do estatuto foi retornada aos assentados e foi debatida nos núcleos de base e em assembleia geral.

Após essa nova discussão, foi feita nova revisão do estatuto pela assessoria jurídica procurando alterar algumas categorias jurídicas não compreendidas pelos assentados, sendo modificadas tais expressões por uma linguagem mais popular.

Ao final de todo esse processo, foi feita uma assembleia geral no dia 01 de agosto de 2015, na qual foi aprovado o estatuto e eleita a primeira coordenação da Associação do PDS. Passados quase 8 (oito) meses da aprovação [dessa forma de funcionamento] foi feito novo debate sobre o funcionamento da associação.

Foram percebidos alguns problemas para o funcionamento da associação e a necessidade de modificação de seu funcionamento e, portanto, do Estatuto da Associação. Após essas novas modificações, depois de amplo debate e nova aprovação, será finalmente feito o registro do Estatuto no Cartório de Pessoas Jurídicas.

A dinâmica de trabalho na criação da associação e a necessidade de recomposição da própria organização reflete os estudos de Guzmán (2002) no que se refere a perceber na matriz agroecológica um processo dialético que impõe avanços e recuos na construção desse saber.

## 5. Conclusão

“Quem ensina aprende ao ensinar. E quem aprende ensina ao aprender”.  
Paulo Freire - Pedagogia da Autonomia.

A modalidade de PDS é fruto da luta por novos referenciais produtivos e organizativos para a construção de Assentamentos da Reforma Agrária. Sua constituição enquanto modalidade diferenciada pelo INCRA não significa que existam melhores condições que garantam sua implantação. No PDS Osvaldo de Oliveira foram e ainda são muitos os desafios enraizados na construção de diretrizes e olhares que superem a forma convencional de produção, mas, sobretudo, ultrapassem as barreiras encontradas nos arranjos sociais hegemônicos da sociedade.

A experiência na consolidação do primeiro assentamento com esta orientação no estado do Rio de Janeiro representou desafios de diferentes naturezas. Construir, no imaginário coletivo, horizontes de ação e de planejamento sem que, de um lado, existam referenciais de outras experiências no estado e, de outro, não exista condições para a execução das políticas públicas que assegurassem um acompanhamento técnico e pedagógico (como a ATER especializada), exigiu um esforço grandioso na construção de uma configuração de parcerias que tornassem possível a execução de atividades de formação, intercâmbios e mutirões.

As parcerias firmadas com diferentes universidades do estado (UENF, UERJ, UFF-Macaé, UFF-Rio das Ostras, UFRRJ e UFRJ-RJ e UFRJ-Macaé), além de outras iniciativas articuladas com grupos locais de consumo agroecológico e solidário, e com a Secretaria de Agroecologia da Prefeitura Municipal de Macaé, por exemplo, ampliaram as condições de execução de ações fundamentais, como os processos de formação realizados.

O plano de formação construído junto às famílias, de forma autônoma e multidisciplinar, envolveu uma matriz ampla de conteúdos desenvolvidos a partir de metodologias orientadas pelo diálogo de saberes e pelos referenciais da educação popular que também estruturam a construção do conhecimento agroecológico. A tabela 2, abaixo sintetiza alguns das temáticas abordadas nos ciclos de formação e mutirões organizativos e técnicos.

Tabela 2 – Temáticas do Plano de Trabalho 2014/2015

- Resíduos Sólidos
- Tecnologias de Saneamento
- Organicidade
- Intercâmbio no PDS Mario
- Regulamentação de Práticas Agroflorestais e de Pousio
- Gênero e Geração
- Associativismo e Regimento Interno
- Organização Produtiva
- Feira Estadual da Reforma Agrária
- Mutirão de Alfabetização
- Cultura, Comunicação, Esporte e Lazer
- Saúde do Solo
- Comercialização, PNAE e PAA
- Adubação Verde
- Previdência Social
- Direito Ambiental
- Juventude

Apostando na relação dialógica que se orienta pelas trocas de saberes tecidos pelas e pelos camponeses, em interação com o ambiente em que vivem, a agroecologia representa para o PDS Osvaldo de Oliveira não somente uma opção alternativa para a produção agropecuária, mas, sobretudo, uma escolha política.

As relações construídas buscam superar lógicas orientadas por projetos de curta duração e o desenho associativo para organização social, elaborado pelas famílias com apoio da assessoria popular, basear-se-á em coordenações partilhadas e rotativas vinculadas aos núcleos sociais que dinamizam o próprio assentamento.

Os desafios mais atuais do assentamento estão vinculados à consolidação do Conselho Gestor e à construção do Plano de Uso que orientará o uso e a ocupação do solo da área. Plantios experimentais de feijão orgânico, a manutenção de quintais produtivos consorciados, áreas coletivas de produção e a organização social para a participação em feiras locais, regionais e nacionais são algumas das expressões do trabalho conjunto

realizado no PDS.

Vizibilizar os saberes dos e das “sem-terras” na construção de alternativas de produção e viva em respeito, harmonia e cuidado com o ambiente, em todo esse processo de construção do assentamento é reconhecer o que está em curso em diferentes experiências de resistência no Brasil e na América Latina. Visibilizar os saberes de quem produz e, ao mesmo tempo, conserva os bens naturais é reconhecer que semear novos caminhos dependerá do respeito à sabedoria do povo que é e será imprescindível para os novos tempos de resistência que se anunciam.

## Referências

ALMEIDA, J. Por um novo sentido à prática da agricultura. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Editora da UFRGS. 5ª ed. Porto Alegre, 2008.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Editora da UFRGS. 5ª ed. Porto Alegre, 2008.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Expressão Popular, AS-PTA. 3ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro. 2012.

AYRES, J.M. et.al. **Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil**, Belém-PA: Sociedade Civil Mamirauá, 2005.

BRUNO, R. O *ethos* da propriedade da terra no Brasil. In: LIMA, E.N. de; DELGADO, N.G.; MOREIRA, R.J. (Orgs). **Mundo Rural IV. Configurações rural-urbanas: poderes e políticas**. Rio de Janeiro, Mauad X: Edur, 2007.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA. 2004.

DA SILVA, N.R. **Etnopedologia e Qualidade do Solo no Assentamento Roseli Nunes, Pirai-RJ**/ Nivia Regina da Silva-Florianópolis, 2010. Dissertação (Mestrado Profissional em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.

EHLERS, E. **O que é agricultura sustentável**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Editora e livraria Brasiliense, 2008.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GROSSI, P. **História da propriedade e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GÚZMAN, S. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.1, p.19-28, jan./mar.2002.

GUZMÁN, E. S. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia**. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar. 2001 .

INCRA. MDA. **Laudo Agrônomo de Fiscalização da Fazenda Bom Jardim**, Macaé-RJ, Rio de Janeiro, 2006.

INCRA. MDS. **Cartilha Projeto de Desenvolvimento Sustentável**, 2006.

JACOB, L. **Universidade, entre agroecologia e agronegócio**. São Paulo: 2013. Disponível em <<http://outraspalavras.net/posts/universidade-entre-agroecologia-e-agronegocio>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

LANDER, E. **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos**. Edgardo Lander (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas..** Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. pp.21-53. Set. 2005. Acessível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Lander.rtf>

OLIVEIRA, C.; SOUZA, P. M. Criações e Contradições capitalistas no território: o fenômeno da pluriatividade no Norte Fluminense. IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional – UNISC, Rio Grande do Sul, 2015. In: **Anais...**, Rio Grande do Sul, 2015.

PEREIRA, J. R.; LITTLE, P. E. DRPE – **Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador: a base para o Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos de Reforma Agrária**. Brasília. 2000. (mimeo).

PRIMAVESI, A. O solo: a base da vida em nosso globo. Fazenda Ecológica, Itaí, São Paulo. 2001. BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. **Agroecologia: Além de uma Ciência, um Modo de Vida e uma Política Pública**. UFSM. 2007. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/developimentorural/textos/01.pdf>>, Acesso em 28/12/2013.

SPIVAK, G.C. **Pode o subalterno falar?** Minas Gerais: UFMG, 2010.

STURM, C.E.P. **Portaria/INCRA/DA/Nº 308/2008**, Processo 5418000172/2005-69; Rio de Janeiro, 2006.

VANDERMEER, J. The ecological basis of alternative agriculture. **Annual Review of Ecological Systems**, v.26, 1995.